

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão

*Um papel para a história:
o problema da historicidade da ciência*

Curitiba: Editora UFPR, 2017. 171 pp.;

ISBN 8584801162

ANDREA VIEIRA

Universidade de Brasília | UnB

144

A ciência tem história? É dessa questão aparentemente singela e por que não óbvia, que o autor procura resolver e/ou apontar possíveis caminhos para discussão acerca do “problema da historicidade”. O livro em questão surgiu a partir de um curso ministrado pelo autor em 2013 na *Escola Paranaense de História e Filosofia da Ciência* por ele classificado como uma “análise de episódios importantes da historiografia da ciência produzida ao longo do século XX” (p. 19).¹ Segundo o autor, não seria propriamente um livro de história da ciência, mas uma reflexão sobre como pensar filosoficamente a escrita da história da ciência (linguagem, narrativa, discurso), uma vez que, a “historiografia da ciência” situa-se entre a história da ciência e a filosofia da ciência, pois, “pressupõe sempre uma concepção epistemológica por trás de seus modelos” (p. 19), em que os paradigmas epistemológicos são também históricos, partindo da premissa kuhniana de que “a ciência tem história” (p. 20).

A trajetória do autor e a sua produção acadêmica merecem atenção, visto que ambas legitimam a discussão de um problema que se situa na junção entre história, historiografia, filosofia, história da ciência e filosofia da ciência. Mauro Condé é professor titular da cadeira de História da Ciência do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de historiador da ciência, possui formação em filosofia, sendo estudioso de Ludwig Wittgenstein e Ludwik Fleck, bem como de Thomas Kuhn e Alexandre Koyré, com vasta produção bibliográfica na área².

Portanto, a historicidade como problema surge dos longos anos de pesquisa do autor em campos de fronteira, em que aproximações e tensionamentos entre os diversos autores estudados culminaram nessa questão, apresentando-se, de certo modo, como importante chave para promover a mudança na “imagem de ciência que atualmente nos domina”.³ Aliás, Thomas S. Kuhn⁴ no capítulo introdutório de *A Estrutura das Revoluções Científicas* defende que a modificação da imagem de ciência seria “um papel para a história”, mas não uma história concebida “como um repositório [para algo mais do que] anedotas ou cronologias”⁵ e nem mesmo uma história da ciência nos moldes então abordados por James Conant, voltada para a contextualização dos “casos históricos” da ciência. Kuhn pretendia algo novo, semelhante à “historiografia” praticada pelo núcleo parisiense de Alexandre Koyré responsável por lhe mostrar um novo tipo de história da ciência, muito diferente daquela que se praticava até então. Nesse sentido, indo além do que nos propõe

Thomas Kuhn, o livro refina a questão ao abordar o problema da historicidade da ciência, uma vez que a “história da ciência entendida prioritariamente como descrição ou mera representação é algo anacrônico, banido do horizonte da ciência da história” (p. 23).

Desde *A Estrutura das Revoluções Científicas*⁶ o papel da história e da história da ciência tem sido discutido a partir de variadas perspectivas, dentre as quais, surgem discussões acerca dos usos didáticos e pedagógicos da história na Educação Científica, bem como, os riscos de relativismo científico que a história oferece à ciência como oportunamente sinalizado por Condé. Nesse sentido, a contribuição do livro é fundamental, uma vez que, segundo ele, é preciso chegar ao âmago da questão, pois, “mais do que ter história, a ciência tem uma historicidade” (p. 21). Desse modo, a historicidade é por ele concebida como constitutiva da ciência, e, como tal, interfere no resultado final, uma vez que, “se, por um lado, temos a concepção de que toda a nossa visão é necessariamente condicionada historicamente, por outro, não podemos ignorar o comportamento da natureza” (p. 23).

Na Introdução, o título assertivo *A ciência tem uma história* prenuncia o reconhecimento da noção de temporalidade histórica da ciência, portanto, da historicidade, cujo lastro mais marcante encontra-se ratificado pela abordagem desenvolvida no capítulo terceiro, a partir do pensamento de Ludwik Fleck seguida pelo pensamento de Thomas Kuhn, objeto do quarto capítulo. Para deslindar o problema da historicidade da ciência o autor retoma um debate caro aos historiadores e filósofos da ciência, a querela internalismo *versus* externalismo, e, a partir dele analisa como o “pêndulo” oscilou entre os dois extremos, que de um lado tendeu ao positivismo e neopositivismo científico, e, do outro, ao relativismo científico. Nesse sentido, Condé anuncia para a possibilidade de uma saída conciliatória sob o prisma do conceito de historicidade e passa a apresentar a sua problemática em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, denominado *O filósofo e as máquinas: Koyré, Zilsel e o debate internalismo versus externalismo*, denota-se a contribuição original de Condé para o enfrentamento da “querela internalismo *versus* externalismo”, utilizando Alexandre Koyré como referência para a abordagem internalista e Edgar Zilsel para destacar a perspectiva externalista. Acreditamos que atinge o cerne da discussão quando desloca a problemática da “querela” da posição metodológica, que ao longo de décadas norteou as discussões entre historiadores, filósofos, sociólogos e cientistas teóricos, para situá-la no campo epistemológico (pp. 25 e 58). Em acurada análise e acertada conclusão demonstra que o externalismo se desenvolveu não apenas em oposição ao que defendiam os internalistas, mas também a despeito dos debates epistemológicos por eles travados, visto que, estes seguiram pensando a ciência na esteira da filosofia e da própria lógica interna da ciência, enquanto aqueles, os externalistas, pensavam a ciência na esteira da história e das ciências sociais. Conclui o autor que os externalistas seguiram o “cânone metodológico” em lugar do “questionamento epistemológico”, e, portanto, as “posições demarcadas por eles serviram muito mais como orientações historiográficas para se constituir metodologias de abordagens da ciência do que propriamente a constituição de um acirrado debate epistemológico” (p. 54).

Mesmo reconhecendo o avanço na inclusão dos aspectos sociais envolvidos na atividade científica, o autor faz a crítica ao externalismo, pois, segundo ele os debates não contribuíram significativamente para a incorporação da historicidade ao campo propriamente epistemológico da ciência, visto que, o externalismo de Zilsel não foi suficiente para responder a Koyré que indagava porque engenheiros da Roma antiga mesmo sendo detentores da técnica não fizeram ciência, tendo o internalismo de Koyré também deixado lacunas quanto ao efetivo papel do social na “construção da ciência”. Diante disso, conclui que o “debate internalismo *versus* externalismo não encontrou soluções epistemológicas que permitissem estabelecer a ideia de historicidade da ciência” (p. 58), entretanto, a sua investigação aponta de forma instigante para novos caminhos, nos quais a “querela” parece deixar de fazer sentido⁷. Ora, se a ciência e a epistemologia possuem historicidade torna-se incompatível a separação entre fatores “ditos internos” (teorias, natureza, método) e externos (aspectos históricos, políticos, sociais...), visto que, todos são históricos e constituem-se reciprocamente, ao mesmo tempo em que são constitutivos da ciência.

Após contribuir para viabilizar relevante mudança de perspectiva acerca da compreensão da Natureza da Ciência, o autor procura avançar no exame da categoria de historicidade da ciência ao trazer para a discussão Ludwik Fleck⁸,

para quem o conhecimento é um ato social, conforme proposto em sua emblemática obra *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico* [1935]. Segundo o próprio Condé afirma em outra obra, ao analisar o desenvolvimento do conceito de sifilis Fleck nos desafia a abandonar as dicotomias de “descrição empírica, por um lado, ou de uma postulação lógica, por outro, para abraçar o conhecimento que emerge da atividade humana em suas interações com o social e a natureza”.⁹ O abandono dessa dicotomia significa reconhecer que o modelo apresentado por Fleck insere-se no campo propriamente epistemológico de compreensão da lógica de funcionamento da ciência, a qual é constituída (mas também constitui) pela dimensão histórico-social.

Prosseguindo no intento, o autor enfrenta a questão do relativismo científico no capítulo terceiro, “*Um papel para a história: historicidade versus relativismo em Thomas Kuhn* a partir da pergunta: “Historicidade seria necessariamente sinônimo de relativismo?” (p. 85). De acordo com o autor a “nova imagem de ciência” de que trata Thomas Kuhn traz em si a “tensão essencial” entre natureza e ciência, o que lhe reveste do equilíbrio necessário para não se filiar ao relativismo, pois sustenta que a noção de natureza desempenha relevante papel na produção do conhecimento, embora não desconsidere o papel das negociações e dos interesses (p. 108). Segundo o autor, Kuhn deixou um importante legado não apenas no que diz respeito às teses contidas em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, mas também quanto a indicações para uma “nova teoria da ciência”, a qual, possivelmente, com o propósito de defender-se do relativismo, faria discussões epistemológicas a partir da perspectiva evolucionária aliada à teoria da linguagem (pp. 109 e 110).

No rastro das pegadas deixadas por Kuhn, o autor insere um elemento que considera essencial ao debate sobre a historicidade e o conhecimento científico: a linguagem. Para ele, a “teoria do léxico de Thomas Kuhn tem muita semelhança com a filosofia da linguagem de Wittgenstein” (p.112), já que para compreender qualquer “corpo de crenças científicas passadas”¹⁰ (paradigma e visão de mundo) é preciso compreender seus léxicos, seus signos de linguagem. Os vestígios deixados por Kuhn, em especial a discussão sobre o léxico conduziram o autor até a linguagem, o que pode ser considerado como o ponto central do livro. Ou seja, a compreensão da historicidade da ciência, bem como, a interação entre sociedade e natureza que acontece em determinado tempo-espço, demanda a perspectiva da linguagem, tal qual ocorre com a compreensão da história *tout court* que necessita da dimensão narrativa.

O quarto capítulo, *Wittgenstein e a gramática da ciência: linguagem e práticas sociais no conhecimento científico* aborda o papel da linguagem na racionalidade científica, que o autor denomina de “gramática da ciência” inspirada no segundo Wittgenstein, naquele das *Investigações Filosóficas*. O conceito de “gramática da ciência” está baseado na linguagem e em seus usos sociais, a partir dos quais a ciência pensa e estabelece as suas próprias regras com autonomia, mas não com independência, uma vez que, nessa perspectiva a ciência não pode ser compreendida apenas a partir da sua lógica interna, mas em sua interação com a sociedade e a natureza. Além disso, é importante ressaltar que, para o segundo Wittgenstein, “a linguagem não é vista apenas como uma ‘representação’ do mundo, mas, mais que isso, como uma ‘interação’ com o mundo” (p. 123). Dito de outra forma, segundo o conceito de “gramática da ciência” não há neutralidade da ciência como defendiam os neopositivistas (Círculo de Viena) respaldados no primeiro Wittgenstein – aquele do *Tractatus logico-philosophicus*, mas a “gramática nos situa historicamente” (p. 156).

Na parte conclusiva o autor promove uma síntese da discussão acerca da historicidade, refazendo o caminho por ele percorrido para demonstrar que a ciência tem história. Mais do que isto, que “essa história pode ser um fator determinante no resultado final da própria ciência” (p. 153), ou seja, a ideia é pensar a historicidade enquanto elemento constitutivo da atividade científica e, por isso mesmo, intrinsecamente ligada à epistemologia.

Em que pese a relevância do livro, sobretudo, da discussão acerca do problema da historicidade como sendo um papel para a história, a obra apresenta entraves substanciais que demandam investigações mais aprofundadas. O **primeiro** entrave substancial à abordagem do autor reside no fato de não contemplar discussões teóricas e conceituais sobre historicidade, especialmente da perspectiva histórica, para então aplicá-la à ciência da natureza ou, até mesmo, de uma ótica pluridisciplinar, caso se cogite a existência de historicidades¹¹. O **segundo** entrave substancial ao pretense debate acerca da historicidade na história da ciência, muito embora, o autor sustente no título do seu trabalho que o problema da historicidade é um papel para a história, em verdade, a discussão por ele proposta compara e analisa

narrativas historiográficas da ciência de viés “sociologizante” face ao seu enraizamento social envolvendo linguagem e a gramática, na qual a história surge apenas como forma de contextualização, cuja ausência da problematização do tempo como conceito central para a teoria da história prejudica qualquer aproximação com a historicidade da perspectiva histórica. Por fim, o **terceiro** entrave substancial para um debate mais profícuo da historicidade da ciência, está no fato de que o autor, além de não considerar a discussão conceitual do tempo também desconsiderou o ser (fundamental à historicidade, a exemplo do pensamento de Martin Heidegger em *Ser e Tempo*¹²), que apesar de central na abordagem do autor que se mostra contrário à negação da ontologia praticada pelo positivismo e neopositivismo, entretanto, em sua análise a ontologia ficou reduzida à epistemologia o que prejudica um debate mais profundo sobre historicidade.

O livro, porém, abre a discussão e aponta caminhos, inclusive, para novas possibilidades. Entretanto, o caminho da historicidade por ele apontado não trouxe tensionamento envolvendo discussões do campo da história, inversamente, restringiu-se a uma espécie de “historicidade internalista da ciência” e de viés “sociologizante” com um forte enraizamento social para a ciência, uma vez que utilizou filósofos e sociólogos da ciência sem que estes tenham discutido sobre o conceito de historicidade. No entanto, o livro cumpre um dos objetivos que é promover o chamamento à reflexão, ao debate e ao enfrentamento da relevância do papel da história para a compreensão¹³ da ciência.

Diferentemente da história (fatos e acontecimentos científicos – res gestae) e da historiografia (narrativa e escrita da história – rerum gestarum) a historicidade se funda no ser humano como ser histórico e, por isso, tanto o “ser” quanto a “temporalidade” passam a ter relevante significado para reflexões sobre o ser e suas ações científicas no tempo, atuando de maneira intrínseca, como constitutiva do próprio ser, o que provoca deslocamentos e conduz à possibilidade de uma “análise da historicidade da ciência” cujo percurso se desloca entre o epistemológico, histórico e ontológico.

Assim, a obra de Condé ao enfrentar o “problema da historicidade da ciência” faz um interessante e necessário movimento na tentativa de suprir a ausência detectada por Carlos Alvarez Maia – ainda que pelas razões aqui expostas a historicidade sob a ótica da história não tenha sido contemplada- para quem a história da ciência se mostra como uma história de “historiadores ausentes”.¹⁴ A ausência de historiadores não se restringe à formação acadêmica em história, mas também à carência de pesquisadores que utilizam a teoria e metodologia da história. Além do que, muitos historiadores da ciência parecem incorporar os “mitos” cientificistas quando não tomam a história da ciência para si com o objetivo de conceber o seu objeto como histórico, além do “peso do cientificismo” atuando como “força organizadora [que] fez impregnar nas ciências históricas o paradigma das ciências naturais”¹⁵.

Sendo assim, dentre as muitas importantes contribuições do livro, se faz relevante trazer de maneira explícita a história tout court com os debates que lhe são caros acerca da historicidade, afinal esse é um conceito que tem por referência a história, que sem qualquer pretensão de entronização, tem como objetivo abrir novas possibilidades para reflexões teóricas e epistemológicas acerca da “nova imagem de ciência”¹⁶ de que trata Thomas Kuhn, para e na qual a história possui papel primordial.

147

Notas e Referências Bibliográficas

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

- 1 Indicações de páginas entre parênteses sempre se referem ao livro em resenha.
- 2 Além dos muitos artigos e capítulos de livro publicados, o autor prefaciou a edição brasileira de FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabefactum, 2010, e publicou os livros *As Teias da Razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna* (Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004) e *Wittgenstein: Linguagem e Mundo* (São Paulo: Annablume, 1998).
- 3 KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009, p. 19.
- 4 Nas palavras de Condé, “Em certo sentido, o eixo condutor deste livro é a obra de Thomas Kuhn” (p. 24).
- 5 KUHN, op. cit., p. 19.
- 6 Sem desmerecer antecessores como Gaston Bachelard, Alexandre Koyré, a quem o próprio Kuhn credita a influência do pensamento em sua obra, ou ainda

Ludwik Fleck, que, de acordo com Condé, seria o provável precursor de alguns aspectos centrais abordados na obra de Thomas Kuhn.

- 7 Em entrevista publicada no livro *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica* (São Paulo: Editora UNESP, 2006), Thomas Kuhn relata, na p. 345, que na última carta a ele endereçada por Alexandre Koyré, logo após a publicação d'*A Estrutura*, Koyré diz: "estive lendo seu livro" e acrescentou "você reuniu as histórias interna e externa da ciência, que no passado estiveram muito separadas".
- 8 Ver FLECK, op. cit.; CONDÉ, Mauro L.L. (org.). *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- 9 CONDÉ, Mauro L.L., "Prefácio", In: FLECK, op. cit., pp. XIV-XV.
- 10 KUHN, 2006, op. cit., p. 78.
- 11 Embora não seja nosso objeto de análise, destacamos a obra *Historicités* (2009) na qual os autores objetivam traçar uma genealogia do conceito a partir dos anos 1980 para testar a hipótese de uma "tourant historique" que está na origem da obra, cuja perspectiva pluridisciplinar convoca contribuições da filosofia, antropologia, psicanálise, linguística de forma a serem capazes de interpretar a complexidade da noção de historicidade. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (Orgs.) *Historicités*. Paris: La Découverte, 2009.
- 12 HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Edição bilíngue. Tradução de Fausto Castilho Campinas: Editora da Unicamp, Petrópolis: Vozes, 2012.
- 13 José Carlos Reis, ao analisar os impasses e dificuldades para a construção de uma história científica, traça um paralelo entre o Modelo Nomológico (leis que regem os fenômenos naturais) e o Modelo Compreensivo (aplicado às ciências humanas), que os historicistas então denominariam Método Nomotético e Método Ideográfico, respectivamente. Ver REIS, José Carlos. A Especificidade Lógica da História. *Varia História*. Belo Horizonte. n. 27, p. 1-62, julho de 2002. Condé, ao enfrentar a dicotomia "internalismo versus externalismo" e assumir uma proposta conciliatória entre ambos, fundada na filosofia da linguagem de Wittgenstein, aponta para a fluidez entre os modelos nomotético e ideográfico, em que tanto aquele quanto este, encontra-se sujeito à compreensão e não apenas à explicação.
- 14 Tanto é assim que Carlos Maia sustenta a existência de "um recíproco distanciamento e reconhecimento de metodologias e problemas desenvolvidos tanto por historiadores *tout court*, quanto por estudiosos da atividade científica", ou seja, o fosso entre as duas disciplinas é alimentado pelos dois lados, onde o historiador que se utiliza das técnicas da história não dialoga com os estudiosos das ciências duras e vice-versa. MAIA, Carlos Alvarez. *História das ciências: uma história de historiadores ausentes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 23.
- 15 MOLLO, Helena Miranda. O Peso do Cientificismo. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 18. agosto 2015, pp. 271-277, citação na p. 273.
- 16 "Se a história fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina". KUHN, op. cit., 2009, p. 19.